



Campo Grande, 08 de outubro de 2015

“Deus enxugará toda a lágrima de seus olhos, pois nunca mais haverá morte, nem luto, nem clamor, e nem dor haverá mais. Sim!

As coisas antigas se foram! (Ap. 21.4)”

“Nhanderu mandou dizer: 'a hora é essa!'”

(Guarani -Kaiowá)

Nos dias 07 e 08 de outubro, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) e o Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI) coordenaram a “Missão Ecumênica em Apoio aos Guarani-Kaiowá”. Participaram dessa missão as igrejas: Episcopal Anglicana do Brasil, Presbiteriana Unida do Brasil, Aliança de Batistas do Brasil, Católica Apostólica Romana. Organizações baseadas na fé também se somaram a essa peregrinação pela justiça, entre elas, organismos ecumênicos e organizações de base confessional a maioria delas filiadas ao Fórum Ecumênico-Brasil (FEACT-Brasil). Das organizações ecumênicas estiveram presentes: Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI-Brasil), KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço, Plataforma de Ação e Diálogo (PAD), Rede Ecumênica da Juventude (REJU). Das organizações confessionais: Fundação Luterana de Diaconia (FLD), Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Rede Jubileu Sul, Cáritas Brasileira, Conselho Indigenista Missionário (CIMI),



Kerkinactie/Holanda. Além dessas organizações, a Missão recebeu o apoio de parceiros internacionais: Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Misereor, Pão para o Mundo (PPM) e HEKS, cujo apoio foi fundamental para a realização desta Missão.

O objetivo da Missão foi prestar solidariedade incondicional ao povo Guarani Kaiowá, repudiar a CPI contra o Conselho Indigenista Missionário e reivindicar uma CPI sobre Genocídio dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul.

Nesses dias, vimos e ouvimos testemunhos de sofrimento, mas também de esperança do povo Guarani Kaiowá. A comunhão que experimentamos com nossos irmãos e irmãs Guarani Kaiowá nos responsabiliza a denunciar e anunciar por todos os cantos do mundo o sonho, a dor e a esperança dos povos tradicionais do Mato Grosso do Sul. Também nos compromete a fortalecermos os movimentos e ações concretas em favor desses povos. Não podemos permitir que o silêncio e a indiferença nos tornem cúmplices de uma das maiores barbáries cometidas contra uma etnia indígena em pleno século XXI.

O sonho Guarani-Kaiowá

Retomar seu *Tekohá*, ou seja, a Casa Comum: é um direito ancestral do povo Guarani Kaiowá. Este povo não se reconhece invasor e estrangeiro, porque *“estávamos aqui antes dos brancos e nossos ancestrais sempre nos ensinaram que temos nosso território. Quem invadiu nossas terras foram os brancos. Nós não queremos todo o Mato Grosso do Sul, só queremos o que é nosso para o futuro das nossas crianças.”*



A dor Guarani Kaiowá

O direito ao *Tekohá* além de ser um direito divino, mas também é um direito previsto na Constituição cidadã de 1988. A espiritualidade e a identidade dos Guarani Kaiowá estão diretamente relacionadas à terra, à preservação da natureza. O Guarani Kaiowá precisa da terra para viver e conectar-se com seu Deus e seus ancestrais. No entanto, essa harmonia foi rompida e violentada há muito tempo. Essa ruptura foi provocada pela gradativa transformação da terra e de seus recursos naturais em mercadoria. A Terra foi reduzida a um mero fator de produção, com isso, são destruídos os laços identitários e as diversas representações e sentidos atribuídos à Terra. O quadro é agravado pela atuação do capital financeiro na compra de terras para a produção de gado, soja e cana-de-açúcar. Essa lógica está promovendo um dos grandes massacres étnicos em continente sul americano no século XXI.

O massacre, conforme denúncias ouvidas durante a Missão, é promovido por pessoas e grupos ligados ao agronegócio, cujas práticas são injustificáveis e inaceitáveis. Eles se utilizam de meios como formação de milícias armadas, que atacam as áreas de retomada indígena e as aldeias, praticam violência sexual contra crianças e mulheres, atropelamentos, aspersão aérea de veneno, destroem símbolos e espaços sagrados, e fazem uso dos meios de comunicação para difundir preconceitos e intolerância contra os povos tradicionais. Assiste-se no Mato Grosso do Sul



total indiferença e desrespeito à Constituição Brasileira, que garante aos povos originários o direito ao território.

Vimos nesses dias que os povos tradicionais vivem confinados em pequenas áreas, lembrando os guetos para judeus criados na Europa em 1516. Ilustrativo é o caso da reserva de Dourados, 14 mil indígenas são obrigados a sobreviver em uma área de apenas 3 mil hectares.

Apesar do absoluto desrespeito aos direitos mínimos, o sonho de retomada do seu *Tekohá* faz com que os Guarani Kaiowá resistam até a morte: *“Sem medo de pistoleiros e das máquinas de fazendeiros que vêm para nos massacrar. Aqui chegamos e não vamos recuar. Aqui enterraremos nossos mortos. Não vamos desistir. Que venham e nos matem então, até não restar ninguém”*.

A esperança Guarani e Kaiowá é a nossa esperança

Nesses dias vivemos momentos profundos de espiritualidade, através das músicas, danças e rezas Guarani Kaiowá. Aprendemos que a luta pelo *Tekohá* é a luta pela Casa Comum. A esperança de que Deus enxugará toda a lágrima dos nossos olhos é a certeza Guarani Kaiowá de que “Ñhanderu mandou dizer: a hora é essa

Por isso, enquanto organizações baseadas na fé, comprometemo-nos a fortalecer a luta por:

- Punição dos que promovem o genocídio contra os Guarani Kaiowá, como no caso do ataque ao Tekohá Ñhanderu Marangatu que resultou na morte de Semião Vilhalva;



- Proteção incondicional às comunidades tradicionais e responsabilização dos órgãos estatais que descumprem o mandato de proteger esses grupos (apenas no último mês foram realizados 16 ataques contra comunidades tradicionais, com a conivência ou omissão do Estado);
- Continuidade da identificação e regularização dos territórios Guarani Kaiowá por parte da FUNAI, do Ministério da Justiça e da Presidência da República. Esse é o único meio concreto de impedir um genocídio ainda maior;
- Acordos justos de indenização por interesse social aos proprietários rurais que estão em terras indígenas;
- Fim da CPI contra o CIMI do Mato Grosso do Sul;
- Que a CPI do Genocídio Indígena no Mato Grosso do Sul realmente visibilize as causas da violência, investigue o provável envolvimento de forças de segurança pública em milícias e puna as ações armadas perpetradas por aqueles que não respeitam o Estado de Direito;
- Mobilização de um boicote internacional à compra de Carne e Soja produzidas no Mato Grosso do Sul. Esta carne e esta soja tem sangue de crianças indígenas!

“Nhanderu mandou dizer: a hora é essa!”

“... nunca mais haverá morte, nem luto, nem clamor, e nem dor haverá mais”(Ap 21.4b).